

NOTAS SOBRE A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E O ESTADO*

M. L. Malaguti**

"[É necessário construir] uma abordagem que se esforce por analisar, metodicamente, as consequências devastadoras dessas políticas neoliberais que, agora, estão sendo aplicadas internacionalmente, inclusive nos países sul-americanos". J. Habermas, 1995.

GLOBALIZAÇÃO, INTELLIGENTZIA E PODER

Considerando ultrapassados os projetos de desenvolvimento econômico baseados nas particularidades nacionais, nas especificidades culturais e históricas dos povos, boa parte dos economistas e analistas da economia internacional tendem a aceitar acriticamente um conjunto de práticas econômicas cujo caráter pretensamente neutro ou pragmático permitiria sua adoção em qualquer parte do mundo.

Esta opção pelo pragmatismo é um fenômeno relativamente recente. Ela reflete um dos aspectos fundamentais da crise estrutural por que passa a organização capitalista mundial desde meados dos anos 1970. Em função da elevação dos níveis de desemprego, da insegurança ocupacional e da exclusão social que, real ou imaginariamente, tende a se expandir e atingir a "intelligentzia" dos diversos países, o pragmatismo passou a representar uma espécie de estratégia de sobrevivência adotada pela maioria dos cientistas sociais. Se num primeiro momento —

* A elaboração deste ensaio foi estimulada por uma palestra proferida na Universidade Federal do Espírito Santo em abril de 1995. Agradeço aos alunos de graduação em economia (a quem esta palestra foi dirigida) e em especial à Profa. Elivan Rosas Ribeiro, cuja crítica penetrante levou-me a rever algumas opiniões.

** Prof. do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba (Campus II). Doutor em Economia pela Universidade de Picardie, Amiens, França.

finais dos anos 70 até meados dos anos 80 — apenas os segmentos menos privilegiados da classe trabalhadora foram atingidos pelos efeitos da recessão, já de 1985 a 1995 a crise também atinge duramente as camadas melhor remuneradas do salariado regular ou estabelecido: empregados de grandes empresas privadas e públicas, assim como o funcionalismo público. Neste segundo momento, a "intelligentzia", as elites intelectuais, vêm ruir alguns de seus "privilégios" econômicos e, concomitantemente, verificam a pouca repercussão dos seus discursos numa sociedade assolada por uma "ofensiva conservadora neoliberal [que não estimula] um maior radicalismo nas demandas sociais"¹.

O pragmatismo parece representar, então, uma postura intelectual "anti-cíclica", uma estratégia de sobrevivência, cuja generalização efetiva-se ao longo dos anos 1980-90. Embora, como é sabido, a capitulação definitiva dos intelectuais, ou a vitória do pragmatismo, tenha se consolidado apenas em 1989 — quando do desmantelo do socialismo real. Na realidade, porém, este foi apenas o "estopim" da renúncia, o pretexto necessário ao abandono — até aqui velado — das antigas pretensões cognitivas de boa parte da intelligentzia. Nas palavras de Habermas, "Desde o fim da União Soviética, parece ter se difundido no mundo inteiro o pressuposto tácito de que, com isso, toda a tradição socialista e os argumentos críticos e cépticos com relação ao capitalismo teriam perdido seu valor"². Ou seja, imediatamente após a queda do muro, intelectuais do mundo inteiro ratificam sua opção pelo senso comum cotidiano.

Faz-se necessário, no entanto, evitar as generalizações abusivas. Embora a renúncia ao pensamento social crítico seja uma característica

¹ Dos Santos, T. "Fernando Henrique Cardoso e a Teoria da Dependência" in *Política e Administração*, FESPERJ, V. 2, nº 4, 1994, p.69. Embora o autor tenha se referido especificamente ao caso brasileiro, a "ofensiva conservadora neoliberal" é um fenômeno que, com poucas nuances, pode ser generalizado ao capitalismo ocidental como um todo. Consulte-se, por exemplo, Marques-Pereira, J. *Marché du Travail, Protection Sociale et Développement à l'Heure de la Globalisation: Un Jeu de Miroirs (Europe/Amérique Latine)*, contribuição ao Seminário sobre o Método da Regulação, Fundap, São Paulo, de 4 a 6 de abril de 1995.

² J.Habermas, *Folha de São Paulo*, Caderno *Mais!* de 30 de abril de 1995.

atual da *intelligentzia* mundial, suas manifestações diferem segundo a categoria de intelectual considerada. Aceitando-se uma classificação — certamente grosseira — que divide os intelectuais entre "orgânicos"³ (Gramsci) e "flutuantes"⁴ (Mannheim), percebemos entre os orgânicos *progressistas* uma atitude cínica e céptica frente às possibilidades de implementação de reformas sociais populares. Embora suas crenças e seus ideais mantenham-se inabalados, eles distanciam-se dos grupos de pressão organizados, dos partidos e dos sindicatos, e encastelam-se nas universidades e institutos de pesquisa. Os intelectuais orgânicos *conservadores*, por sua vez, deixam claras (mais do que nunca) suas preferências e engajamentos políticos: suas idéias sendo largamente dominantes, uma maior aproximação com o poder político e a mídia torna-se inevitável.

Os intelectuais "livremente flutuantes" (em geral antigos simpatizantes de uma esquerda independente, apartidária), por outro lado, deixam o *cinismo* e o *ceticismo* desaguar numa prática social fundamentada na desilusão, na resignação e no *oportunismo*, o pragmatismo. Em outras palavras: abandonando uma postura social crítica, estes intelectuais "flutuantes" transformam-se em meros técnicos, gestores da coisa privada ou tecnoburocratas nos vários escalões governamentais. Com este procedimento, recuperam algumas das vantagens econômicas do período pré-crise e, ao mesmo tempo, colocam em prática uma nova ideologia, uma ideologia da moda: o pragmatismo. Em coerência com a renúncia da transformação pelas idéias, perdem a fé na razão e no homem. Mais precisamente: como cínicos e cépticos, eles renunciam à reflexão crítica. Já como oportunistas, eles elegem o Mercado — força impessoal, objetiva e aparentemente neutra — como substituto da razão e motor da dinâmica social⁵.

³ Visceralmente ligados a uma classe social. Militantes políticos engajados em partidos, sindicatos ou organizações ideologicamente definidos.

⁴ Livres pensadores. Ideologicamente instáveis e cientificamente indisciplinados.

⁵ Theotonio dos Santos detecta lucidamente esta renúncia ao conhecimento quando analisa o pensamento de Fernando H. Cardoso e o da "intelectualidade de esquerda" que preenche os principais cargos de seu governo: "Mas não se pode permitir que um pragmatismo sem propostas, de origem direitista e conservador, se imponha em

Com o encastelamento dos intelectuais orgânicos progressistas, o que hoje podemos chamar de esquerda *ativa* resume-se (ou quase) aos antigos intelectuais "flutuantes", agora ocupando os primeiros níveis da burocracia estatal e difundindo o pragmatismo mercantil como prática política. Doravante, os ideais conservadores defrontam-se apenas com as imposições do mercado, tradicionalmente em *harmonia com estes mesmos ideais*: é a sentença de morte do confronto de idéias, do político, da discussão e da dialética. Mas quando os confrontos conscientes desaparecem, ou melhor, são proscritos, é lavrada a sentença de morte da democracia. Neste sentido, a tecnoburocracia estatal de "ideologia" pragmática personaliza uma ditadura, a ditadura das forças inconscientes do mercado.

A partir deste momento, as leis objetivas do mercado parecem substituir as idéias e a razão. Além de seu papel econômico, as oscilações da oferta e da procura, assim como os critérios de eficiência, teriam passado a decidir, tanto o que é científico, quanto "politicamente correto". Se os interesses de determinados grupos sociais concordam com as tendências do mercado, eles são politicamente corretos e cientificamente justificáveis. Caso contrário, representam interesses atrasados e corporativistas. Ora, opor-se às leis cegas do mercado ou tentar conter a globalização da economia, dizem os neoliberais, é remar 1^o) contra uma *tendência histórica irreversível* e 2^o) contra a *modernidade*⁶.

Subordinando-se à autoridade do mercado, os globalistas "esquecem" que a história humana não tem destino nem finalidade, e que as leis sociais apenas tendem a ser irreversíveis nos períodos ditatoriais. Nas democracias, por outro lado, o que hoje parece irreversível, amanhã pode ser alterado pela vontade grupal ou pela consciência coletiva. No que diz respeito à *modernidade*, não há porque acreditarmos

detrimento da verdade científica". Dos Santos, op. cit. p. 72.

⁶ Marques-Pereira ressalta que o início da recessão mundial "inaugurou uma crise do desenvolvimento que geralmente se associa às reestruturações impostas pela globalização da economia. Estas são consideradas [pelos globalistas] como um dinâmica *irreversível* que faria tocar o sino de finados das formas de organização econômica e do papel do Estado (...)". Op. cit. p.2.

que a estrita obediência à lógica do mercado é o caminho mais curto para alcançá-la. Se mais não fosse, porque não existe um consenso mínimo sobre a sua definição. No que consiste a modernidade? A ciência social não nos oferece uma resposta. No máximo, ficamos sabendo que existem várias "modernidades", cada uma localizada num ponto específico da linha do tempo: os descontentes românticos pensam descortiná-la "em algum lugar do passado". Os descontentes pragmáticos, na realidade presente dos países do 1º mundo. Os descontentes oprimidos, por sua vez, "em algum lugar do futuro". O fato é que a modernidade, como criação humana, é tão segmentada quanto a sociedade. Logo a modernidade (como contexto social singular) só pode existir numa sociedade artificialmente homogeneizada. Num sistema social pasteurizado por leis que, sem deixarem de ser sociais, como as do mercado, resultam numa dinâmica societária independente das vontades específicas dos distintos segmentos da sociedade. Mas que tipo de sociedade pode estimular a participação inconsciente (como zumbis...) de seus integrantes? Que tipo de sociedade pode aceitar que "os homens se encontrem constantemente frente aos resultados de seus próprios atos como o aprendiz de feiticeiro que após invocar os gênios não sabe como controlá-los"? Que tipo de regime político pode dirigi-la? Não é difícil concluir que a sujeição irrestrita e irrefletida às leis do mercado gera uma sociedade apática, impotente frente aos seus próprios problemas, pois entendidos como designios ou males inevitáveis. Uma sociedade que, se injusta, tende a conservar-se como tal; se composta por pobres e ricos, tende a perpetuar a pobreza de uns e a riqueza de outros; se composta por fortes e fracos, tende a fundamentar-se no poder do medo e da força (Hobbes).

Fica claro, pois, que na medida em que aceitamos como inevitáveis as orientações sociais do mercado, nos afastamos dos fundamentos iluministas da democracia moderna. Devemos aceitar, então, que a força institui o direito, a obediência transforma-se em dever e o Estado democrático reflete o direito dos mais fortes.

Por outro lado, a recusa ao neoliberalismo fortalece o tecido so-

⁷ Elias, N. *La Société des Individus*. Paris, Fayard, 1991, p. 107.

cial. Na medida em que rejeitamos a força e todos os despotismos (o religioso ou o do mercado, por exemplo) como fundamentos do Estado de direito, elegemos em seu lugar a Razão e a Convicção. Segundo um dos mais ilustres iluministas, todo direito fundamentado na força não passa de um contra-senso, pois "desde que a força faz o direito, o efeito toma o lugar da causa, pois toda força que sobrepujar a primeira sucedê-la-á nesse direito. Desde que se pode desobedecer impunemente, torna-se legítimo fazê-lo e, visto que o mais forte tem sempre razão, basta somente agir de modo a ser o mais forte. Ora, que direito será esse que perece quando cessa a força? Caso se imponha obedecer pela força, não se tem necessidade de obedecer por dever, e, se não se for mais forçado a obedecer, já não se estará mais forçado a fazê-lo. Vê-se, pois, que a palavra *direito* nada acrescenta à força — nesse passo, não significa absolutamente nada"⁸.

Mas que o leitor nos entenda bem. Não estamos aqui fazendo a apologia do Estado de direito. Se no século XVIII a "ingenuidade" de Rousseau era legítima, hoje ela é inaceitável. O pensamento de Hobbes (direito derivado da força) é, inegavelmente, muito mais realista. Mas não é por isso que devemos aceitá-lo, ao contrário! Render-se ao estabelecido é exatamente o que fazem os pragmáticos. Assim, se a globalização e as práticas neoliberais são dominantes, devemos questioná-las, influencia-las nos seus contornos e, se possível, adaptá-las à modernidade aspirada pela maioria, pelos oprimidos.

Na *modernidade dos oprimidos* o Estado de direito deve ter instituições fortes, responsabilidades sociais e culturais bem definidas, deve permitir a expressão dos anseios populares e, principalmente, manter um diálogo constante com a sociedade organizada e consciente. Caso contrário, isso seria abrir o caminho para um questionamento do sufrágio universal (expressão subjetiva da vontade popular), para a transformação de legítimos interesses eleitorais em meros pleitos eleitoreiros e, enfim, para a radical desmobilização da sociedade civil⁹.

⁸ Rousseau, J. J. *Do Contrato Social (ou princípios do direito político)*. São Paulo, Abril, 1978 (coleção "Os Pensadores"), pp. 25-26.

⁹ Isso é o que temos presenciado nos EUA, na França ou no Brasil. Nestes países as

Já em 1944, criticando os opositores do "welfare state" (Estado do bem-estar), Polanyi percebia uma ligação íntima entre a ideologia do mercado livre e a negação da humanidade. Este mestre da antropologia econômica afirmava que o importante é acabar, de uma vez por todas, com esta aberração que é a utopia do mercado livre, para isso restaurando as salvaguardas necessárias para que as forças do mercado não continuem a destruir a natureza e a própria humanidade¹⁰.

Durante 3 décadas a reivindicação de Polanyi (e de diversos intelectuais progressistas) pareceu ter se consolidado. Os governantes e as elites pareciam ter entendido que a própria estabilidade da organização capitalista dependia de uma série de freios às leis cegas do mercado. Neste sentido, a miséria, as condições de trabalho e o desemprego passaram a ser concebidos como inerentes ao funcionamento da sociedade e, portanto, de responsabilidade do Estado.

Hoje, no entanto, as conquistas sociais destas 3 décadas estão ameaçadas. Governantes e intelectuais governistas renegam a responsabilidade pública sobre os problemas sociais. Sob esta ótica, os indivíduos seriam pobres porque ineficientes, estariam desempregados porque preguiçosos ou, talvez, inadaptados. Ao propor-se a subordinação do Estado ao Mercado, a cidadania à lei do mais forte, a democracia ao darwinismo social, é a própria humanidade — como diz Polanyi — que está sendo questionada. No que diz respeito ao desemprego, por exemplo, é a sociedade-economia perversa de Alfred Marshall que aqui recupera o espaço ideológico deixado por Keynes. Segundo Marshall, no espaço liberal o indivíduo sem emprego não deve merecer nenhuma atenção especial das instituições públicas, embora deva ser alvo de uma "observação bem intencionada, mas severa"¹¹. Além de recusar toda

políticas neoliberais têm subordinado a sociedade política e a civil a uma vontade impessoal única, ditada pelo mercado e acomodada socialmente pela tecnoburocracia composta de intelectuais "flutuantes" (o neoliberalismo de Regan e Balladur, os planos Cruzado, Collor e Real da FGV/PUC etc.).

¹⁰ Citado por Christian Topalov in Topalov, C. *Naissance du Chômeur*. Paris, Albin Michel, 1995, pp.26-27.

¹¹ Carta de Alfred Marshall à Percy Alden (28 de janeiro de 1903) in Marshall, A. *Memorials of Alfred Marshall*, Londres, ed. A. C. Pigou, 1925, pp.446/447.

responsabilidade pública sobre o desemprego, o Estado marshalliano o atribui a uma deficiência individual e a-social, que deve ser punida com severidade e vigilância¹².

GLOBALIZAÇÃO E DETERMINISMO ECONÔMICO

Segundo os globalistas, o processo de globalização implica tanto numa autonomização do mercado em relação ao Estado, quanto num enfraquecimento das especificidades/identidades nacionais: no mundo global a economia ditaria as políticas públicas que, por sua vez, moldariam as culturas e as identidades regionais. Neste sentido, o econômico conteria em si mesmo todas as determinações do social. A transformação das formas de produção e troca provocaria um movimento indomável e irresistível de adaptação da sociedade às novas necessidades do mercado capitalista. Não estaríamos longe, então, da consagração do que Palloix chamou de "pretensão totalitária do econômico"¹³.

Vejamos mais de perto esta questão.

A perspectiva neoliberal afirma que a eliminação de todos os entraves à livre circulação do capital provocaria uma 1) livre circulação do capital e da mão de obra, uma 2) distribuição espacialmente homo-

¹² Num belo escrito de 1926, Keynes caracteriza o funcionamento da sociedade marshalliana como "um estado de coisas no qual a distribuição ideal dos recursos produtivos pode ser conseguida através de indivíduos que agem de maneira independente, pelo método de ensaio e erro, de tal maneira que os indivíduos que se movimentam na direção correta destruirão, pela competição, aqueles que se movimentam na direção errada. Isto implica que não deve haver perdão ou proteção para os que empatam seu capital ou seu trabalho na direção errada. Este é um método para levar ao topo os negociantes melhor sucedidos, mediante uma luta cruel pela sobrevivência, que seleciona os mais eficientes através da falência dos menos eficientes. Não se leva em conta o custo da luta, mas apenas os lucros do resultado final, que se supõe serem permanentes. Como o objetivo é colher as folhas dos galhos mais altos, a maneira mais provável de alcançá-lo é deixar que as girafas com pescoços mais longos façam morrer à míngua as de pescoços mais curtos". (Keynes, J. M. "O Fim do "Laissez-Faire", in *Keynes*, São Paulo, Ática, 1978, p.106.)

¹³ Palloix, C. *La Société Post-Économique: Esquisse d'une Société Alternative*. Paris, L'Harmattan, 1988.

gênea dos bens e serviços ofertados e, enfim, uma 3) dissolução das formas particulares/tradicionais de produção e distribuição. E com esta mobilidade do capital e do trabalho, verificar-se-ia uma equalização das taxas de lucro e das remunerações do trabalho a nível mundial.

Esta indiferenciação econômica, no entanto, necessitaria de um certo espaço de tempo para se impor. Num primeiro momento, os capitais se dirigiriam para os Estados onde os salários (diretos + indiretos) e a tributação dos lucros fossem inferiores à média internacional e, no campo político, uma relativa estabilidade institucional estivesse assegurada. A mão de obra, por sua vez, procuraria deslocar-se para os países desenvolvidos, onde o movimento dos trabalhadores é organizado, os salários relativamente elevados e vigora um sistema de seguridade social eficiente.

Seguindo esta lógica de maximização das remunerações, observaríamos no médio e longo prazo a construção de um processo de homogeneização das características econômicas dos Estados-nações. Em outras palavras, como resultado da livre circulação do trabalho e do capital presenciariamos uma nivelção mundial das condições de produção e da distribuição das riquezas. Neste sentido, a tradicional dicotomia entre o 1º e o 3º mundo tenderia a desaparecer. Ou seja, a própria idéia de um mundo dividido entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos perderia sua razão de ser.

No que diz respeito à gestão política deste processo, a instauração de parlamentos internacionais (parlamento europeu, por exemplo) aparece, segundo as teses globalistas, como um momento essencial. Estes legislativos supra-estatais teriam como função precípua a resolução de diferendos ou de distorções observadas no exercício das liberdades de deslocamento e de instalação, tanto da mão de obra quanto do capital: combate ao terrorismo (agora internacional), preservação do equilíbrio ecológico (evitar uma concentração excessiva de atividades produtivas poluentes, alocação geograficamente equitativa do lixo atômico, etc.), estabelecimento de uma legislação tributária e fiscal de transição, equiparação progressiva dos direitos sociais (aposentadorias, seguro-doença, seguro-desemprego, auxílios-maternidade, sistema de saúde) etc.

No entanto, toda esta atividade política de preparação, de acomodação das divergências, seria um desperdício de tempo e trabalho caso não resultasse no estabelecimento da verdadeira âncora da globalização da economia: a criação de uma moeda única.

Sem a instituição de uma moeda única, o processo de globalização não pode completar-se. A diversidade dos pólos de controle econômico ou a existência de múltiplas autoridades monetárias implicaria, sempre, em políticas econômicas contraditórias ou em projetos de desenvolvimento divergentes. O aprofundamento do processo de globalização deve passar, pois, pela instauração jurídico-política de um representante único da riqueza mundial, pela instituição da moeda universal. Os parlamentos internacionais teriam, então, como tarefas primordiais, a criação e a legitimação de uma moeda supra-estatal. Sob outro prisma, a legitimação de uma moeda única representaria o alicerce fundador de uma cidadania sócio-econômica também única, universal, prelujiando, então, a dissolução dos próprios parlamentos (no plural) que lhe deram vida e, ao mesmo tempo, criando uma única autoridade econômica mundial: concebidos como instituições preparatórias da unificação da economia mundial, os parlamentos internacionais decretariam sua própria dissolução ao instituírem a moeda sem fronteiras.

Superada assim a etapa da diversidade de poderes e de moedas, uma nova ordem político-econômica mundial deveria assumir o lugar até hoje reservado às instituições do clássico Estado-nação. Esta conclusão é encontrada, mais ou menos explicitamente, em todas as análises sobre a globalização da economia. Nestas percebe-se, claramente, a determinação do econômico sobre os restantes fenômenos sociais. A difusão internacional das condições de produção e de troca vigentes nos países desenvolvidos criaria não apenas as formas sociais necessárias à sua expansão e equalização, como também substituiria as instituições políticas baseadas na nacionalidade por uma ordenação política original, embora com contornos ainda indefinidos.

Enquanto o poder dos Estados-nações subsistir na figura de suas moedas, na independência de suas ações monetárias e na utilização de seus recursos econômicos particulares, a estabilidade sistêmica do processo de globalização, insistem os globalistas, não estará assegurada.

Jaques Delors, por exemplo, Deputado do Parlamento Europeu, elogia o sucesso do chanceler alemão H. Kohl — presidente do Conselho Europeu — em convencer seus parceiros europeus sobre a existência de laços íntimos entre uma "moeda única e a união política". Laços que foram reconhecidos e concretizados no "tratado de Maastricht", conclui Delors¹⁴. Enquanto uma moeda única não estiver estabelecida, a unidade da economia mundial estará em conflito com a diversidade dos interesses regionais. E sem esta superação dos estreitos poderes dos Estados nacionais, dizem, a livre circulação de mercadorias será sempre uma utopia, a modernização das economias atrasadas uma quimera e a eliminação do subdesenvolvimento mais uma vez postergada.

Mais concretamente, a existência de moedas nacionais é identificada — corretamente — pelo grupo globalista como instrumento de afirmação de identidade e soberania nacionais. Da mesma forma que, ao contrário, uma moeda verdadeiramente universal aparece como um pressuposto fundamental — e também correto — da diluição das diferenças e da construção do cidadão do mundo. Caso este pressuposto não esteja presente, os globalistas alegam que alguns grupos tenderiam a fazer prevalecer seus interesses particulares sobre os da futura comunidade internacional: poderiam conseguir taxas de juros subsidiadas para a implantação de projetos de interesse não-geral, obter facilidades de crédito para o escoamento de suas mercadorias individuais, proporcionar ganhos salariais reais para determinadas categorias de assalariados (nacionais ou regionais), estimular a passividade — ou a agressividade — de certas organizações dos trabalhadores etc. Enfim, estes grupos poderiam perpetuar a diferença em detrimento da uniformização, impedindo o movimento centrípeto intrínseco à globalização.

Enfim, a globalização implicaria numa unidade de propósitos e de orientação econômicas que apenas a criação de uma autoridade econômica supranacional e forte poderia legitimar. A superação dos interesses "egoístas" dos capitalismo nacionais precisaria — sempre segundo esta interpretação — de uma autoridade econômica que tenha

¹⁴ Delors, J. "Le Croisé de l'Europe", in *Le Nouvel Observateur* de 18-24 de maio de 1995, p. 17.

poder decisório e instrumentos que assegurem o firme cumprimento de suas decisões. Em resumo, a eliminação das rivalidades mesquinhas, que impedem o acesso de todas as economias à modernidade e ao desenvolvimento, precisaria de um poder moderador, um poder que tenha como propósito transformar a concorrência capitalista selvagem numa parceria estimulante, distribuindo eqüitativamente seus resultados pelas várias regiões do capitalismo mundial.

"A integração competitiva dos países em desenvolvimento na economia internacional há de basear-se em vantagens comparativas dinâmicas, com crescente incorporação do conhecimento ao processo produtivo. A par do indispensável esforço interno de cada país, este salto qualitativo pressupõe um ambiente internacional fundado na *cooperação*¹⁵".

Mas mesmo os globalistas não conseguem prever a complexa gama de funções que deverá exercer este poder supranacional quando de uma eventual globalização plena. Afirmam, no entanto, que ele deverá ter suas funções ampliadas na medida e na proporção em que avançar a integração mundial. Afirmam que esta autoridade deverá tomar decisões — e fazê-las cumprir — sobre assuntos cuja relação com o processo produtivo é relativamente tênue. Por exemplo, para que os trabalhadores possam deslocar-se livremente não é necessário apenas abolir o uso de passaportes, vistos ou exigências financeiras: é preciso assegurar-lhes condições de trabalho homogêneas em todas as partes do mundo, condições de exercício profissional reconhecíveis e aceitáveis, sejam eles trabalhadores ocidentais ou orientais.

O que os globalistas parecem não dar importância é que ao adentrar no terreno do "reconhecível" e do "aceitável", o poder internacional em construção distancia-se consideravelmente do que tradicionalmente considera-se a "circunvizinhança" dos problemas econômicos. Há uma clara invasão dos domínios — também tradicionais — da filosofia, da ética, da moral e da religião. Na realidade, a homogeneização das con-

¹⁵ Discurso pronunciado na ONU por Celso Amorin, Chanceler brasileiro do governo Itamar Franco. Amorin, C. Folha de São Paulo, 27 de setembro de 1994, p. 1 (4). O grifo é nosso.

dições de trabalho não pode ser uma tarefa meramente econômica (mesmo que o meramente econômico existisse): ela implica no nivelamento de raízes culturais que, submersas no inconsciente, impedem que os trabalhadores percebam uma mesma realidade de forma semelhante.

Mas como, então, levar a bom termo esta tarefa de conformação da memória dos povos? Por quais meios a neoliberalização da economia poderá produzir uma cultura universal? Não estaria subentendida nesta despreocupação neoliberal com as diferenças civilizatórias uma crença na onipotência (determinação) da economia? Como é possível que países como a China e o Brasil, por exemplo, com trajetórias históricas — e especificidades culturais — tão distintas possam chegar a possuir necessidades econômicas similares? Como é possível submeter 1 (um) bilhão de muçulmanos (20% da humanidade) determinados a construir um Estado religioso, baseado na submissão feminina e nos preceitos do Corão, às tradições e costumes ocidentais? Como, perguntamos, milhões de africanos serão convencidos a separar-se de suas culturas de subsistência e dos seus sistemas produtivos de hierarquia familiar, aceitando então as normas de "qualidade e produtividade" da indústria ocidental do primeiro mundo?¹⁶ A construção desta identidade universal não implicaria uma uniformização dos anseios e dos desejos dos povos, ou seja, as negações das especificidades nacionais forjadas pelas histórias passadas, das individualidades presentes e das personalidades futuras? Muito provavelmente, sim!

Mas é bom lembrarmos que a tentativa de modernização/uniformização das formas produtivas e culturais localizadas não é uma tarefa propriamente estranha ao capital. Durante séculos o capital europeu — com relativo sucesso — tentou substituir o artesanato pelo trabalho a domicílio, pela manufatura e pela indústria. Da mesma for-

¹⁶ Num excelente estudo sobre as formas de produção na África, Morice nos relata a sua realidade econômica mais "moderna", urbana: "Mesmo se nos detivermos ao meio urbano, sua extensão é tal que um observador inclinado aos raciocínios maniqueístas ali veria um modo mais apropriado de valorização para os capitalistas do que o salariado". Agier, M., Copans, J. & Morice, A. *Classes Ouvrières d'Afrique Noire*. Paris, Karthala - Orstom, 1987, p. 47.

ma, a expulsão dos camponeses de seu habitat natural e a eliminação das culturas agrícolas de subsistência conseguiram, com relativa facilidade, criar uma força de trabalho adaptada às necessidades do capital.

"Que ninguém se engane: o capitalismo não fica passivo em relação àquilo que lhe escapa. Trata-se de uma relação de força. F. Cooper mostra como o colonizador inglês perdia sua imaginação quando queria 'manter' inteiramente a força de trabalho indígena: ele se utilizava do 'compound', um lugar de aprisionamento e de controle que consagrava a separação do trabalhador e de sua família. Os 'hostel' descritos por E. Webster, estes lares com seus porões de forçados, configuram ainda hoje, na África do Sul, esta tentação da classe capitalista a se apropriar do trabalhador, e não apenas do seu trabalho"¹⁷.

No entanto, foi também este expansionismo do capital que criou os Estados-nações e consolidou valores como "pátria", "raça", "religião", "classe" etc.: identidades e diferenças que têm servido de fator de união, e mesmo de sutura, em casos extremos de fratura social. Apenas como exemplo, vale lembrar o caso da guerra das Malvinas que, unindo o povo em defesa da pátria, deu novo alento à ditadura argentina. De uma certa forma, podemos dizer que foi o próprio capital que criou — quando lhe foi conveniente — as identidades e diferenças que hoje pretende suprimir. A questão que hoje se apresenta é se as políticas neoliberais terão forças para dissolver — agora que não lhes convém — o que o próprio capital cultivou com carinho durante séculos. Um "carinho" tão grande que chegou a criar Estados artificiais (partilhas dos períodos pós-guerras mundiais), territórios sem nenhuma identidade, e que agora rebelam-se, dissolvem-se e guerreiam em nome de nacionalidades sufocadas, de religiões perseguidas ou de raças discriminadas.

Seria possível, hoje, após estabelecidas estas identidades e diferenças, articular-se um programa de homogeneização de práticas produtivas, de concepções de autoridade e hierarquia, de particularidades estéticas e artísticas, anseios, angústias, desejos etc.? Nossa resposta é:

¹⁷ *Ibidem*, p. 10.

provavelmente, não. A instituição do Estado-nação e a regulamentação política da economia não são processos exteriores ao funcionamento da economia. Após duas guerras mundiais, as políticas econômicas e as leis de mercado tomaram-se indissociáveis. Não é mais possível pensar as políticas de Estado como um conjunto de intervenções em algo que lhes é estranho, extrínseco. Não é mais possível pensar num Estado não-intervencionista que, diga-se de passagem, nunca existiu.

Chega mesmo a ser inconcebível, por exemplo, que um Estado como o brasileiro, mais "enchuto" que o próprio Estado símbolo do neoliberalismo, o Estado Norte-americano, possa ser considerado como um dinossauro!¹⁸

"Foi assim que o Estado brasileiro veio dar no estado a que chegamos, para dizer como o velho Aporelly. O equilíbrio monetário, a liberdade de iniciativa e a integração competitiva no mercado internacional são o único caminho para um país como o Brasil, que conta com enormes recursos, inclusive o mais escasso de todos – capacidade empresarial [sic]. Sendo a décima economia industrial do mundo e, já 76% urbana, não se pode permitir luxos de Albânia stalinista. Nosso país não pode ficar como o último reduto dos dinossauros estatais..."¹⁹.

O Estado do bem-estar social, como diz Galbraith, "veio para ficar"²⁰. Mas ele veio para ficar não só porque estabelece um sistema de seguridade social para os trabalhadores, mas principalmente porque regula a concorrência inter-capitalistas (Banco Central, bancos estatais

¹⁸ Participação do Estado na Economia (Anuário da ONU - 1991)

Países Desenv.	% do Estado no PIB	Países Subdesenv.	% do Estado no PIB
Dinamarca	51.96	Brasil	21.44
Suécia	49.78	Costa Rica	19.18
França	42.10	Índia	16.76
E.U.A.	28.14	Etiópia	16.21

¹⁹ Campos, R. "Podemos não ser Parte do Mundo?", in Folha de São Paulo de 13 de dezembro de 1994, p.2 (2). (os grifos são nossos).

²⁰ Entrevista concedida à Folha de São Paulo em 09 de outubro de 1994, p. 6 (4).

e nacionais de desenvolvimento, Tesouro Nacional, Superintendências de Desenvolvimento etc.), cria demandas (obras públicas, forças armadas, funcionalismo público), especializa a força de trabalho (escolas e universidades públicas), transmite os valores empresariais (concessões de rádio, televisão etc.), controla a oferta de trabalhadores (legislação trabalhista, hospitais públicos, políticas demográficas etc.), defende a propriedade privada e faz valer os contratos (Polícia, Justiça, tribunais, presídios, manicômios públicos etc.) etc., *perenizando assim o sistema salarial*. É por isso que ele veio para ficar. Uma ruptura *artificial* entre funções sociais (econômicas versus políticas) cuja comunhão viabiliza a sociedade do capital não interessa, no momento, a ninguém. Como colocou o sociólogo Carlos Alberto Dória, "deixada por si só, a sociedade regida pelo mercado pode degenerar em formas conhecidas [ou desconhecidas], como o fascismo²¹". Neste contexto, globalização plena não corresponderia, efetivamente, à decretação do fim da história da humanidade, como enunciado por Polanyi? Nossa resposta é: muito provavelmente, sim.

Nossa tese é a seguinte: o gênero de violência observado na "acumulação primitiva" não será mais suficiente para impor as leis do capital, as leis do mercado capitalista. E isto porque, hoje, as leis do capital e o funcionamento dos Estados nacionais são indissociáveis. Após consolidados e resguardados os direitos à diferença, expressos nas Constituições de todos os Estados democráticos, a homogeneização da humanidade só poderá ocorrer pelo aniquilamento sumário dos movimentos sociais. Enfim, a consolidação do processo de globalização pressupõe — muito mais do que uma "acumulação primitiva" — a instituição de um poder político com as prerrogativas que imaginamos possuir uma Ditadura Mundial.

CONCLUSÃO EM QUESTÃO

Os globalistas argumentam que a equalização mundial das estru-

²¹ Dória, C. A. "A Grande Transformação", in Folha de São Paulo de 03 de julho de 1994, p. 6 (9).

turas econômicas conduz ao estabelecimento de um novo espaço cultural — jurídico e político — no qual formas alternativas de controle, regras de conduta e penalização dos atores econômicos deverão ser criadas e sustentadas. Dada a universalidade civilizatória criada pela globalização, dizem, a nova configuração do poder político deverá afirmar o seu distanciamento das nacionalidades e dos interesses "egoístas" de grupos específicos. Enfim, de uma maneira ou de outra, as formas culturais e os poderes políticos nacionais deverão ser, primeiro, enfraquecidos, depois, abolidos. Parece ser imprescindível, então, a construção de uma configuração política (e sócio-cultural supranacional) que possa normatizar e legitimar as formas alternativas de convivência entre os atores sociais da futura economia globalizada.

No entanto, o mercado tem se expandido até hoje sem uma efetiva interferência de instâncias decisórias internacionais. Desde o início do século XX vem se estabelecendo uma crescente interconexão entre as diversas economias nacionais. Hoje, mais do que nunca, são crescentes as possibilidades (potenciais) de investimentos nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, nas novas nações industrializadas da América Latina ou do Oriente, nos antigos territórios soviéticos, nas comunidades primitivas da África ou nas regiões desérticas do globo, no polo Sul ou no polo Norte: "assim o europeu acorda cada manhã ligando seu rádio japonês e escutando os acontecimentos do mundo: erupções vulcânicas, terremotos, golpes de Estado, conferências internacionais, enquanto ele toma seu chá do Ceilão, Índia ou China; ele mergulha numa banheira espumante de óleos do Taiti e utiliza uma loção após barba de fragrância exótica; ele coloca sua camisa feita com algodão do Egito ou da Índia.. Seu relógio é suíço... A amadureza de seu óculos é de tartaruga de Galápagos..."²² etc. etc. E não é apenas o cidadão do velho mundo desenvolvido que se encontra envolvido nesta teia de informações e de mercadorias: "O africano na sua favela... está igualmente no circuito planetário. No seu cotidiano ele sofre os contragolpes do mercado mundial que afetam os cursos do cacau, do açúcar, das

²² Morin, E. *Terre-Patrie*. Paris, Seuil, 1993, p. 32.

matérias primas que produz o seu país²³."

Além disso, os europeus votam pela unificação da Europa, Clinton funda o Nafta, o Cone Sul aplaude o Mercosul, os argentinos reelegem Menem e os brasileiros consagram Fernando Henrique Cardoso: a mundialização e a política neoliberal parecem merecer o consenso da opinião pública mundial²⁴. Por que, então, se faz premente a criação de um poder à escala planetária? Por que a continuidade do processo de globalização precisa de um poder político alternativo?

A resposta parece estar no carácter agudo e duradouro da atual crise estrutural do capitalismo. Após 20/25 anos de crise, as sociedades capitalistas — desenvolvidas e subdesenvolvidas — estão mais do que nunca fragmentadas: a marginalidade social, a pobreza, a miséria absoluta, a concentração de rendas, a desilusão e a falta de perspectivas estão mais ou menos presentes em todas as economias. Ou nas palavras de Tavares: "A crítica à 'globalização' não está ainda suficientemente avançada, embora seus efeitos perversos, sobre o desemprego, concentração da renda, da riqueza e do saber, já comecem a manifestar-se com mais nitidez mesmo nos países desenvolvidos"²⁵. Ao lado destes "efeitos perversos", percebe-se ainda uma nítida queda dos níveis de sindicalização, de filiação partidária, de participação eleitoral ou, de forma geral, de participação da população trabalhadora nos movimentos sociais críticos e reivindicativos.

Não seria este, então, o momento ideal para aprovar-se um conjunto de medidas de política econômica (privatizações, "enxugamento" do Estado, terceirização dos processos produtivos etc.) que permitiriam a continuidade deste processo? Não seria este, então, o momento ideal para a construção de um poder suficientemente forte para enfrentar um

²³ *Ibidem*, p. 32

²⁴ Embora saiba-se que "a mundialização da economia... tem acrescido a desigualdade à escala do globo, entre países 'desenvolvidos' (onde 20% da população consomem 80% dos produtos) e subdesenvolvidos". *Ibidem*, p.34.

²⁵ Tavares, M. C. *Tendências de Globalização, Crise do Estado Nacional e seus Impactos sobre o Brasil*. Vitória, ANGE, Cadernos da ANGE (textos didáticos), 1993, n° 6, p. 15

descontentamento social que, mais tempo menos tempo, encontrará canais alternativos de manifestação e pressão? Não estaria o capital se provendo de uma série de instrumentos legais que lhe permitam enfrentar as reivindicações futuras num quadro de legalidade "adequada" que legitime suas ações?

Qualquer resposta incisiva só poderia ser uma nova indagação. O fato é, no entanto, que "os experimentos neoliberais foram bem sucedidos ali onde uma ou mais das seguintes condições puderam ser satisfeitas: foram iniciados por regimes autoritários; ou por democracias onde as burocracias e o poder executivo gozaram de alto grau de autonomia porque confinados das pressões — clientelistas e/ou corporativistas — e dos partidos; ou dispunham de partidos hegemônicos ou quase únicos".²⁶ Da mesma forma que é "fato notório que dois dos mais celebrados exemplos de reforma neoliberal, Chile e México, se realizaram mediante regimes fortes e que, neste último caso, mal se iniciou a transição para um regime político efetivamente mais aberto".²⁷

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- AUGE, M. *Pour une Anthropologie des Mondes Contemporains*. Paris, Aubiers, 1994.
- BATISTA, P. N. "O Consenso de Washington: A Visão neoliberal dos Problemas Latino-Americanos", in BATISTA, P. N. (et al). *Em Defesa do Interesse Nacional*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.
- BLANC, M. *Os Herdeiros de Darwin*. São Paulo, Página Aberta, 1994.
- BORGES, A. & DRUCK, G. "Crise Global, Terceirização e a Exclusão no Mundo do Trabalho" in *Cadernos CRH*, Salvador, nº 19, 1993.
- CASTEL, R. *Les Métamorphoses de la Question Sociale*. Paris, Fayard, 1995.

²⁶ Sola, L. "O Dragão enfrenta o Santo", in *Folha de São Paulo* de 24 de julho de 1994, p.6 (3).

²⁷ Batista, P. N. "O Consenso de Washington: A Visão neoliberal dos Problemas Latino-Americanos", in Batista, P. N. (et al). *Em Defesa do Interesse Nacional*. São Paulo, Paz e Terra, 1995, p. 107.

- DOS SANTOS, T. "Fernando Henrique Cardoso e a Teoria da Dependência" in Política e Administração. Rio de Janeiro, FESPERJ, V.2, nº4, 1994.
- DOS SANTOS, T. *Economia Mundial*. Petrópoles, Vozes, 1994.
- ELIAS, N. *La Société des Individus*. Paris, Fayard, 1991.
- EWALD, F. *L'Etat Providence*. Paris, Grasset, 1986.
- HIRATA, H. *Autour du "Modèle" Japonais*. Paris, L'Harmattan, 1992.
- MALAGUTI, M. L. "A Ideologia do Modelo Japonês de Gestão" in Ensaio FEE. Rio Grande do Sul, nº 2, V. 16, 1995 (no prelo).
- MALAGUTI, M. L. "A Teoria da Regulação: Dialogando com Karl Marx" in *Crise e Regulação* (orgs. Mendonça, J. P., Carcanholo, R. & Nakatani, P.), Vitória, UFES, 1994.
- MALAGUTI, M. L. "Teoria da Regulação: Uma Introdução" in Raizes, Campina Grande, UFPB, nº 9, janeiro de 1994.
- MALAGUTI, M. L. "Terceirização, Taylorismo e Conflito" in Raizes, Campina Grande, UFPB, nº 10, dezembro de 1994.
- MARQUES-PEREIRA, J. *Marché du Travail, Protection, Sociale et Développement à l'Heure de la Globalisation*. Contribuição ao Seminário sobre o Método da Regulação, São Paulo, Fundap, 4-6 de abril de 1995.
- MORIN, E. *Terre-Patrie*. Paris, Seuil, 1993.
- PALLOIX, C. *La Société Post-Economique: Esquisse d'une Société Alternative*. Paris, L'Harmattan, 1988.
- POLANYI, K. *La Grande Transformation*. Paris, Gallimard, 1972.
- ROSANVALLON, P. *La Nouvelle Question Sociale: Repenser l'Etat-Providence*. Paris, Seuil, 1995.
- TAVARES, M. C. Tendências de Globalização, Crise do Estado Nacional e seus Impactos sobre o Brasil. Cadernos da Ange, nº 6, Vitória, 1993.